

— JOÃO FREIRE —

PORTUGAL
FACE À GRANDE GUERRA EM

1914-1915



Edições Colibri

CA
DIGAL

62 V.

nam a debater teoricamente tais congeminações, considerando que elas enfraqueciam a disposição anímica da população para assegurar a *defesa nacional*.

2.2 – Passemos agora ao *movimento social* que, como vimos, era na época essencialmente constituído pelo associativismo operário de orientação sindicalista-revolucionária, pelos grupos, publicações e organizações anarquistas, e ainda pelos socialistas mais ou menos reunidos em torno do respectivo partido político, além de outras fracções dispersas de opinião humanitária, como eram as causas da emancipação da mulher e em favor de uma procriação desejada e consciente (sob o label de “neo-malthusianismo”), do naturismo, do esperantismo e do combate à influência da Igreja Católica, sobretudo nos campos do livre pensamento racional e agnóstico (ou mesmo ateuista), do ensino laico e do registo civil.

E – Correntes de opinião internacionalistas, pacifistas e anti-militaristas veiculadas em Portugal

Para além das entidades acima referidas por Mendes Leal como animadoras do pacifismo em Portugal, não há dúvida de que foi a literatura e a propaganda escrita anarquista aquelas que mais se evidenciaram neste particular, quer na vertente não-violenta e pacifista do anarquismo místico difundido por Tolstoi, quer na vertente revolucionária desta filosofia política, sob a forma do anti-militarismo e do “anti-guerrismo”.

É sabido que as doutrinas anarquistas propunham, não apenas a “abolição do patronato e do salariato” (ou seja, uma alteração radical do sistema económico e social do capitalismo, com uma supremacia do trabalho sobre a propriedade e o capital), mas igualmente a “socialização do Estado” como programa político a executar imediatamente após uma revolução vitoriosa. Ora, se esta última medida comportava certamente a refundação do sistema de poder político (governo, representação popular e leis) e das suas instituições monopolizadoras da violência (polícia, justiça e forças armadas), nada de muito concreto e consensual se propunha quanto às alternativas a construir. No tocante aos exércitos, as opiniões tendiam geralmente a sugerir a organização de forças de milícias, em que os homens pudessem ser chamados a pegar em armas para sustentar uma agressão externa, mas não se profissionalizassem nem perdessem a sua condição de trabalhadores. Por volta do virar do século e como reacção às frequentes intervenções dos militares à ordem dos governos em conflitos internos, as críticas acerbas da propaganda anarquista passaram a visar muito especificamente os corpos de oficiais e sub-oficiais e a disciplina “de caserna” por eles imposta aos recrutas do serviço militar obrigatório, ao mesmo tempo que responsabilizavam os estados-maiores e os altos-comandos pelo desencadear de guerras além-fronteiras,

em conluíus com dirigentes políticos e grandes patrões da indústria. O livro mais consistente que então veiculou esta argumentação foi *A Psicologia do Militar Profissional*, do francês Augustin Hamon, que teve duas edições em português, a primeira no Porto em 1896 pela Biblioteca Libertária, e a segunda em Lisboa, em 1912, pela Guimarães Editores.

Porém, no âmbito do movimento social, o anti-militarismo teve entre nós maiores desenvolvimentos. De acordo com as nossas próprias investigações de há três décadas (Freire, II, 1988), nos primeiros anos do século XX e até ao eclodir do conflito europeu, circulam em Portugal brochuras anti-militaristas e pacifistas como *Pátria e Internacionalismo* (do mesmo Hamon), *A Guerra Não Findará?* (do anarquista César Porto, futuro comunista), *O Perigo Militar* (de José do Vale, então anarquista, mais tarde republicano destacado), *O Que Eu Penso da Guerra* (de Leão Tolstoi), *Últimas da Guerra* (do anarquista Pinto Quartim), *Carta A Um Soldado* (de Emílio Costa, igualmente anarquista), *A Guerra* (do anarquista radical Abílio dos Santos Pinho), *Pátria e Humanidade* (do conhecido libertário-pacifista holandês Domela Nieuwenhuis) ou *Os Financeiros, os Políticos e a Guerra* (do francês Delaisi). E quanto à acção organizada, identificámos mais as seguintes estruturas dedicadas à propaganda anti-militarista¹⁹: em 1904 forma-se em Lisboa um Comité que adere à Associação Internacional Anti-militarista (AIA) fundada em Haia nesse mesmo ano; no Congresso do Livre-Pensamento de 1908 é constituída uma Liga Anti-Militarista integrando alguns nomes de anarquistas e republicanos bem conhecidos; em 1910 cria-se em Algés um Comité Anti-Militarista constituído a partir dos grupos anarquistas ‘Força e Matéria’, ‘Acção Directa’ e ‘Militar Insurgente’; e um dos seus animadores, António da Silva Júnior, lançara no ano anterior a única revista capaz de ostentar o elucidativo título de *Paz e Liberdade* (*Revista Mensal Anti-Militarista, Anti-Patriota, Sindicalista-Revolucionária e Neo-Malthusiana*) mas, sendo ele próprio refractário, acabará por ser preso em Março de 1911 e dar entrada no quartel de Mafra “entre baionetas” (Freire & Lousada, 2012: 97).

Para além disto, a imprensa libertária e sindicalista publicava com frequência notícias e apelos propagandísticos do mesmo teor, incluindo da autoria de radicais como Charles Albert e Gustave Hervé, este um virulento anti-militarista francês que, porém, aderiu imediatamente ao apelo patriótico em Agosto de 1914. Uma simples amostra do estilo de linguagem usada nesses nossos jornais serve para ilustrar o incentivo à revolta contido em tais discursos ou, pelo contrário, algum recuo para reflectir sobre as causas do

¹⁹ Além de 16 grupos libertários (entre os 700 recenseados entre 1900 e 1940) que se dedicavam especialmente à propaganda anti-militarista.

falhanço do internacionalismo por parte dos povos beligerantes quando chegou esse crucial Verão de 1914. Por exemplo, antes do rebentar da guerra na Europa pode ler-se nessa imprensa que «[...] A defesa nacional só aproveita às classes dominantes para manter os seus privilégios; aos grandes fabricantes de materiais de guerra para consumo dos seus armamentos; aos ricos industriais para a conquista de novos mercados; às classes patronais para os casos de greve; e finalmente a todos os sanguessugas que vivem na abundância, usufruindo o produto dos que trabalham [...]» (*O Despertar*, mensário das Juventudes Sindicalistas, Lisboa, 1.Mai.1914); ou então «Soldado! É tempo de despertares. Urge que medites no papel que desempenhas como legítimo filho do Povo, que és. [...] As reclamações operárias são sempre justíssimas. O soldado, perante elas, sempre, para sua dignidade, deve cruzar os braços e não guerrear o grevista, Abaixo o militarismo! Viva a Revolução Social! Ass. Um soldado» (*Agitador*, quinzenário de propaganda libertária, Vidago, 7.Jun.1914). Logo após o início da guerra protesta-se: «[...] Basta de carnificina inútil! A Pátria não é a nossa felicidade, antes pelo contrário. Queremos ser alguém sobre a terra. Temos esse direito por natureza. Para trás, canibais! Viva a Anarquia! [...]» (*A Voz do Faminto*, jornal libertário, Viana do Castelo, 16.Ago.1914).

Consumado o deflagrar das hostilidades, alguém escreve, de um modo mais explicativo: «[...] Após as primeiras declarações de guerra e a invasão da Bélgica pelos exércitos tudescos, não lhe compreendendo o alcance, muita gente bateu palmas de aplauso pelo gesto humanitário da Inglaterra, colocando-se ao lado dos seus aliados. [...] A Inglaterra não entrou na luta pelo simples prazer de ver respeitada a integridade da Bélgica, da mesma forma que o incidente de Sarajevo serviu de pretexto à Áustria, espicaçada pela Alemanha, para declarar a guerra à Sérvia. Atribuir à Inglaterra uma participação desinteressada é um erro crasso, palmar e grosseiro. [...] O interesse da Grã-Bretanha é aniquilar a concorrência que a Alemanha lhe faz em todos os mercados do mundo, no que concerne à indústria, ao comércio e à navegação. A guerra actual é uma guerra de comerciantes, de industriais e de loucos [...]» (*A Revolta*, quinzenário comunista anarquista, Coimbra, 11.Out.1914).

No seguimento da primeira declaração oficial das autoridades portuguesas no sentido de uma participação no conflito, após a crise de Janeiro do governo de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho e a chegada ao poder do general Pimenta de Castro, diz-se, contrariando a visão anterior: «Creio estarem em erro os que não vêem nesta guerra, nada mais do que o resultado de rivalidades económicas. [...] O que determinou esta guerra, contrária aos interesses económicos da burguesia capitalista, foi a necessidade de firmar, na Alemanha, os privilégios das classes dominantes, combinados com o espírito de conquista da sua casta militar. Ass. Emílio Costa» (*Germinal*, jornal anarquista, Lisboa, 28.Fev.1915); ou, noutro tom, e adiando para mais tarde mas

mantendo intactas as aspirações a uma completa emancipação social: «[...] Já que, apesar da nossa propaganda intensa contra a guerra e o militarismo, ainda desta vez se não pôde evitar, pela acção revolucionária, enérgica, conjunta, combinada, as lutas fratricidas impulsionadas pelos segredos dos gabinetes diplomáticos e pelo egoísmo dos senhores economistas, comerciantes e industriais [...] cuidemos então de [...] tirar os maiores frutos possíveis, as mais claras ilações [...] e marchemos, marchemos para o nosso campo, na nossa nobre missão [...]. E nossa será a vitória! E a libertação dos povos será um facto! Ass. Clemente Vieira dos Santos» (*A Aurora*, semanário anarquista, Porto, 28.Fev.1915); e, já depois do retorno do PRP ao poder, proclamasse: «Há catorze longos meses que milhões de jovens fardados se debatem fratricidamente na mais espantosa, horrível e brutal carnificina [...]. Basta de sangue! É tempo de acabar com essa calamidade [...]. Guerra à guerra! – eis a divisa que deve ser adoptada pelos jovens de todo o mundo [...]. Por todas estas razões, agora que certos patrioteiros de ‘bôrra’ também entre na contenda infamante, é necessário que a juventude portuguesa demonstre por uma forma enérgica o seu protesto, fazendo ver a esses senhores que não está disposta a servir de *carne para canhão*. [...] Abaixo a guerra! Abaixo o barbarismo! Abaixo o militarismo! Viva a fraternidade universal!» (*Comuna Livre*, jornal anarquista comunista, Porto, 13.Out.1915).

Finalmente, logo após a entrada formal de Portugal em guerra contra a Alemanha, o principal órgão na imprensa do movimento operário afirma, de forma serena e reflectida: «Queremos que a classe operária não mantenha ilusões, sobre as suas forças, os seus recursos [...]. Podem observar-nos que, nesta absoluta dependência, não era possível ao governo, qualquer que fosse o regime político, monarquia ou república, formular uma recusa categórica aos desejos ou ordens da Inglaterra. [...] No seu atraso intelectual, profissional e moral, na deplorável situação política, social e económica em que se encontra, a Portugal [...] era de todo o ponto necessário manter-se em equilíbrio estável, fugindo a aventuras quixotescas [...]. Pois, sendo isto assim, foi exactamente o contrário que se fez [...] deixaram-se esses arrastar a atitudes provocantes [...] enquanto outros alimentavam a campanha intervencionista, tratando da guerra como de um negócio de corrilho. Ninguém poderá dizer que nós, os trabalhadores organizados, concorreremos directamente para o actual estado de coisas²⁰. Foi sem o nosso apoio, foi sem a nossa sanção que se tomaram compromissos, se praticaram os actos que lhe foram origem²¹; como nenhuma interferência neles tivemos, nenhuma solidariedade

²⁰ Refere-se à declaração do estado de guerra.

²¹ Refere-se à tomada de posse dos navios alemães internados nos nossos portos desde Agosto de 1914.

devemos aos seus autores. [...] nós outros [...] fomos talvez inconscientemente os cúmplices, e com certeza seremos as vítimas; como tais temos o direito e o dever de, pelo menos, vincular e clamar por qualquer forma o nosso veemente protesto. Assim o fazemos!» (*O Sindicalista*, semanário defensor da classe trabalhadora, Lisboa, 26.Mar.1916).

No âmbito do movimento socialista, o internacionalismo da social-democracia europeia continuava também a constituir um ponto doutrinário importante do seu credo marxista e ainda no seu recente 5.º congresso os socialistas portugueses subscreviam a intenção de recusar a guerra dos seus camaradas alemães e franceses. Mesmo durante todo o ano de 1914, o seu jornal *A Vanguarda* repete em cada edição o programa do partido, que falava da «abolição do Estado em todas as suas formas históricas» e, em síntese, com «radical socialização das riquezas, da ciência e da autoridade» e «máxima expansão dos indivíduos no respeito ao direito dos outros», isto é, uns objectivos praticamente idênticos aos dos anarquistas, dos quais só pareciam diferenciar-se pelas formas de acção imediata que uns e outros empreendiam (eleições, parlamento, autarquias e cooperativas *versus* acção directa, revolução, organização federativa e mandatos imperativos). Mas, surpreendidos pelos acontecimentos, os socialistas dividem-se quanto à atitude a tomar, conforme assinala a historiografia (Ventura, 2010: 275 sg.). Enquanto o «Manifesto ao Povo» subscrito pela direcção do partido termina bradando que «[...] Não será pois sem o protesto enérgico dos trabalhadores da região portuguesa que a guerra avassalará o solo das nações da Europa. Abaixo a guerra! Guerra à guerra! Viva a Internacional Socialista e Operária!» (in *A Vanguarda*, Lisboa, 9.Ago.1914), o seu deputado Manuel José da Silva votava no dia 7 de Agosto no parlamento o projecto governamental e repetia esse voto a 23 de Novembro, assegurando a unanimidade das câmaras à posição externa do governo de Bernardino Machado.

Destas amostras das ideias que tinham curso no movimento social pode fazer-se a síntese seguinte:

- 1.º – Todo o movimento social da época adere, *por princípio*, às ideias internacionalistas, pacifistas e mesmo anti-militaristas. Em tal sentido, manifesta criticismo quanto às teses veiculadas pelas generalidade das forças políticas republicanas relativas à defesa nacional e pelo sector militar quanto às necessidades de rearmamento do Exército e da Marinha;
- 2.º – Contudo, o movimento social é colhido de surpresa pelo eclodir da guerra em Agosto de 1914 e, a partir daí, divide-se irremediavelmente quanto à posição a tomar perante tal desgraça. Esta divisão só vem a ser esbatida anos mais tarde, quando é superada por uma outra divisão de consequências ainda mais graves e definitivas: a provocada pela revolução dos *bolcheviks* na Rússia;

- 3.º – A partir do Verão de 1914, o movimento sindical português mantém-se relativamente prudente e expectante perante o desenrolar dos acontecimentos externos, mas sempre numa posição de condenação da guerra. Internamente, vai reagindo através dos seus meios próprios à conjuntura económica desfavorável que então se vive, desencadeando oportunamente greves e campanhas contra a carestia de vida e obtendo até do governo de Azevedo Coutinho a publicação de duas leis limitando a um máximo de 10 horas a jornada de trabalho no comércio e na indústria (Rodrigues, 2008: 98 sg.)²²;
- 4.º – No interior do próprio movimento anarquista, que era o sector mais vincadamente anti-militarista, a guerra vai provocar uma divisão dilacerante entre alguns dos seus principais ideólogos vivos (o russo Kropótkine e outros) que se colocaram do lado do “direito de defesa da França” e contra o “militarismo alemão”, por um lado; e o italiano Malatesta (liderando a tendência mais revolucionária do movimento) que defendia o “derrotismo revolucionário” e a “fraternização dos combatentes”, por outro. Em Portugal, esta cisão teve os seus dignos representantes em, respectivamente, o grupo de Emílio Costa e do periódico *Germinal* (uma minoria, mas intelectualmente bem preparada), e os militantes agrupados em torno do jornal *A Aurora* e da revista *A Sementeira* (representando a maioria dos activistas) que tinham em Neno Vasco o seu principal porta-voz (Freire, 1981 e 1985; Medina, 1986; Samis, 2009).

3. Decisões, acções e resistências, ao ritmo da vida política nacional

Entre 1912 e o Verão de 1914, e desde aqui até Março de 1916, desenrolam-se sucessivas conjunturas políticas em Portugal que estruturam com alguma imperatividade a liberdade de acção das diferentes forças sociais. Nestas circunstâncias históricas, é possível aproveitar os registos da imprensa como fonte de informação privilegiada, quer pelas opiniões e campanhas que vão promovendo, quer pela maior ou menor amplificação que fazem de conferências públicas realizadas por personalidades conhecidas (e que eram então uma forma importante de discussão política e ideológica), quer ainda pelas notícias que publicam sobre decisões e acontecimentos políticos nacio-

²² Leis n.º 295 e 296 de 22.Jan.1915. Estes diplomas haviam sido aprovadas na Câmara dos Deputados a 29 de Julho de 1914 mas, enviadas para o Senado e sobrevivendo todo o problema da guerra, só seis meses depois foram publicadas.